

7º Simpósio FATEB 2025

INSCRIÇÕES ABERTAS!

TEMA: **CIÊNCIA ABERTA & ATUAÇÃO INTERPROFISSIONAL**

- ✓ **ABERTO A TODAS AS INSTITUIÇÕES**
- ✓ **PUBLICAÇÃO DOS ANAIS EM E-BOOK COM ISBN**

13 de Outubro

WWW.FATEB.BR

Fumdeb
Fundação Municipal de Ensino de Birigui

FATEB
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE BIRIGUI

**OBSERVATÓRIO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS
FATEB**



A EXPOSIÇÃO DE CRIANÇAS EM REDES SOCIAIS: direitos humanos e proteção da privacidade e do desenvolvimento infantil

Clara Nascimento dos SANTOS
Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui
clara.nascimento.santos@fateb.br

Gabrielle Elisabeth Gonçalves Santos GOMES
Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui
elisabethgabrielle5@gmail.com

Livia RAIMUNDO
Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui
livraimundo24@hotmail.com

Lucas Eugênio VIGNOTO
Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui
lucas_vignoto@hotmail.com

Lucas Colli VENDRAME
Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui
luasvvendrame@gmail.com

Rafael de Santi ZAGO
Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui
rafael.santi.zago@fateb.br

RESUMO

O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto de extensão “Direito na Comunidade: o curso de Direito da FATEB vai às ruas”, da Faculdade de Ciência e Tecnologia de Birigui (FATEB), cujo propósito é promover a conscientização social acerca da importância da proteção dos direitos da criança e do adolescente no contexto digital contemporâneo. O trabalho versa sobre o crescimento exponencial das redes sociais e a facilidade de compartilhamento de imagens e informações e a situação-problema consiste no exame das consequências jurídicas e sociais exposição de filhos em redes sociais. Para a sua realização foi utilizado o procedimento metodológico que consistiu na revisão bibliográfica de leis, doutrinas, dados estatísticos, notícias e jurisprudências, apurando-se que essa exposição levanta sérias

7º Simpósio FATEB 2025

INSCRIÇÕES ABERTAS!

TEMA: CIÊNCIA ABERTA & ATUAÇÃO INTERPROFISSIONAL

- ✓ **ABERTO A TODAS AS INSTITUIÇÕES**
- ✓ **PUBLICAÇÃO DOS ANAIS EM E-BOOK COM ISBN**

13 de Outubro

WWW.FATEB.BR

Fumdeb
Fundação Municipal de Ensino de Birigui

FATEB
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE BIRIGUI

**OBSERVATÓRIO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS
FATEB**



preocupações relacionadas à privacidade, aos direitos humanos e ao desenvolvimento infantil saudável. A pesquisa abordou o fenômeno da adultização infantil, entendido como a exposição precoce de crianças a comportamentos, responsabilidades e contextos típicos da vida adulta. Essa prática ocorre, muitas vezes, por meio da publicação de fotos e vídeos nas redes sociais por pais, responsáveis ou terceiros, que revelam aspectos da vida íntima dos menores. O objetivo da pesquisa é analisar as principais consequências, destacando-se prejuízos emocionais e psicológicos (como ansiedade, depressão e baixa autoestima), dificuldade de socialização e maior vulnerabilidade a abusos físicos, sexuais e emocionais. Do ponto de vista jurídico, o estudo baseia-se na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, que asseguram o direito à dignidade, à imagem, ao respeito e à privacidade. O poder familiar, previsto no Código Civil (arts. 1.630 a 1.638) e no ECA, impõe aos pais o dever de garantir a proteção integral dos filhos, sendo que no ambiente digital essa responsabilidade deve ser guiada pelos princípios da necessidade, proporcionalidade e do melhor interesse da criança. A autorização parental para o uso da imagem não é irrestrita e deve sempre priorizar o bem-estar e o menor dano possível. A pesquisa também analisou litígios familiares envolvendo a exposição excessiva de menores, como divergências entre genitores sobre publicações em redes abertas, utilização da imagem infantil em campanhas publicitárias e casos de influenciadores mirins, nos quais o conteúdo comercial gerou conflitos éticos e legais. Em situações extremas, a superexposição digital tem sido interpretada como abuso do poder familiar, com repercussões inclusive sobre a guarda da criança. O estudo conclui que a proteção da privacidade infantil é essencial para o desenvolvimento emocional, psicológico e social da criança, constituindo uma questão de direitos humanos fundamentais. Recomenda-se que pais e responsáveis adotem boas práticas digitais, como evitar o compartilhamento de informações pessoais, configurar adequadamente a privacidade das redes e promover o diálogo sobre segurança e cidadania digital. A reflexão crítica sobre o uso das mídias deve ser incentivada desde a infância, contribuindo para a formação de uma cultura de respeito e proteção à infância na era digital.

Palavras-chave: Adultização; Desenvolvimento infantil; Direitos Fundamentais.